4.º As margens de comercialização dos detergentes são as seguintes:

- a) Para o armazenista: margem de 10 %, calculada sobre a tabela de fabricante;
- b) Para o retalhista: margem de 17 %, calculada sobre o preço máximo de venda do armazenista, incluindo neste o imposto de transacções.

5.º — 1 — Os agentes económicos que desempenhem mais do que uma função no circuito de produção-comercialização poderão praticar os preços resultantes da acumulação das margens correspondentes.

2 — Considera-se que o produtor desempenha funções de armazenista sempre que vende quantidades inferiores às da sua tabela de fabricante.

3 — Considera-se que o retalhista desempenha funções de armazenista sempre que adquire ao produtor quantidades iguais ou superiores às da tabela de fabricante.

4 — Qualquer que seja o número de agentes intervenientes no circuito de comercialização, não é permitida a utilização de margens que, no seu conjunto, ultrapassem os limites fixados no n.º 4.º desta portaria.

5 — Quando as vendas do fabricante se processem através de uma empresa distribuidora, os preços praticados por esta terão de coincidir com os preços de fabricantes.

6.º — 1 — A infracção ao disposto no n.º 2.º constitui contravenção punível com a multa de 5000\$ a 10 000\$.

2 — As restantes infracções ao presente diploma serão punidas pelas disposições dos Decretos-Leis n.º 329-A/74 e 75-Q/77, quando aplicáveis.

7.º Os disposto na presente portaria é aplicável, com as necessárias adaptações, aos detergentes para uso doméstico importados, ficando, para tal efeito, o importador equiparado ao produtor.

8.º Fica revogada a Portaria n.º 416/75, de 3 de Julho.

9.º As dúvidas suscitadas na interpretação desta portaria serão esclarecidas por despacho do Secretário de Estado do Comércio Interno.

10.º Esta portaria entra em vigor quinze dias após a data da sua publicação.

Secretaria de Estado do Comércio Interno, 14 de Março de 1978. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *António Escaja Gonçalves*.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Portaria n.º 168/78

de 29 de Março

Ao abrigo do artigo 40.º do Decreto Regulamentar n.º 24/77, de 1 de Abril, foram transferidos para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social os títulos de crédito constantes do balanço da Caixa Nacional de Pensões em 31 de Dezembro de 1976, dispondo-se ainda no mesmo artigo que, com exclu-

são dos títulos de crédito afectos a fundos especiais, seriam igualmente transferidos para aquele Instituto todos os títulos de crédito das instituições de previdência referidos nas alíneas d), e) e f) do artigo 3.º do mesmo diploma.

Entretanto, nos termos do n.º 4.º da portaria de 20 de Maio de 1977, as caixas com fundos especiais destinados a benefícios complementares de invalidez, velhice e morte deveriam transferir para a Caixa Nacional de Pensões os saldos dos respectivos fundos, bem como os correspondentes valores do activo (títulos de crédito e numerário).

Considerando, porém, que:

- a) O Decreto Regulamentar n.º 24/77 não prevê que a Caixa Nacional de Pensões mantenha uma carteira de títulos de crédito, ainda que adstrita a fundos especiais;
- b) Os títulos de crédito, a que se refere o n.º 4.º da portaria de 20 de Maio de 1977, somente não foram transferidos para o Instituto por constarem do balanço da Caixa Nacional de Pensões em 31 de Dezembro de 1976;
- c) No aspecto administrativo, é mais vantajoso reunir num só organismo a carteira de títulos de crédito da Previdência, ainda que alguns daqueles valores se encontrem adstritos a fundos especiais;
- d) O financiamento dos benefícios complementares é integralmente efectuado através do Instituto.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Segurança Social, que:

1.º Os títulos de crédito adstritos a fundos especiais afectos a benefícios diferidos sejam integrados na carteira do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;

2.º Sejam transferidos para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social os saldos dos fundos especiais destinados a benefícios diferidos, aos quais serão creditadas as contribuições complementares que lhes estão adstritas, bem como o rendimento dos títulos, e debitadas as despesas processadas em cada ano pela Caixa Nacional de Pensões e ainda pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência;

3.º Relativamente ao fundo especial a que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 297/77, de 20 de Julho, se mantenham, porém, na Caixa Nacional de Pensões os imóveis que lhe estão afectos.

4.º O n.º 3.º da portaria de 20 de Maio de 1977, publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 127, de 1 de Junho de 1977, passe a ter a seguinte redacção:

3.º Mantêm a actual afectação as contribuições para fundos especiais.

5.º Seja revogado o n.º 4.º da portaria citada no número precedente.

6.º A presente portaria produza efeitos desde 1 de Janeiro de 1977.

Secretaria de Estado da Segurança Social, 21 de Fevereiro de 1978. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Vitor Manuel Gomes Vasques*.